PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15163/2026– PROCESSO N.º 034220/2026-77
(COTAS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO, COTAS RESERVADAS PARA ME/EPP/COOP E COTAS EXCLUSIVAS PARA ME/EPP/COOP)

EDITAL

OBJETO: Seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando ao fornecimento de **telas de projeção elétricas e retráteis de 200 polegadas, com instalação, e telas de projeção manuais e retráteis de 120 polegadas, com tripé** a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

IMPORTANTE:

- **Data da Sessão Pública:**
  Dia: 04/12/2026 às 10h00 (horário de Brasília)

- **Valor total estimado da Contratação**:
  Lote 01 - R$ 237.066,20
  Lote 02 - R$ 76.199,85
  Lote 03 - R$ 19.068,12

- **Critério de Julgamento**: Menor preço **unitário por item**

- **Modo de disputa:** Aberto e fechado

- **Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim

- **Formalização de Consultas:**
  e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br
  Tel.: (13) 3213-5100 – Ramal: 5339

- **Referência de Tempo**: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ÍNDICE

1. EDITAL:

SEÇÃO I
ITEM ASSUNTO
1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2. OBJETO
3. ITEM ORÇAMENTÁRIO
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO
6. REFERÊNCIA DE TEMPO

SEÇÃO II
ITEM ASSUNTO
7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
9. DA FASE DE JULGAMENTO
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO
11. DOS RECURSOS
12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
13. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
14. CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
15. DISPOSIÇÕES FINAIS

2. ANEXOS AO EDITAL:
2.1. Anexo I – Termo de Referência;
2.2. Anexo II – Documentos de habilitação;
2.3. Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;
2.4. Anexo IV – Modelo de Declaração para fins do disposto no artigo 68, Inciso VI, da Lei Federal n° 14133/2021;
2.5. Anexo V – Modelo de Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência ou para aprendiz;
2.6. Anexo VI – Modelo de Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal;
2.7 Anexo VII – Modelo de Declaração de enquadramento de ME / EPP;
2.8. Anexo VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços;
2.9. Anexo IX – Instrumento de Constituição de Consórcio;
2.10. Anexo X – Termo de Compromisso de Consórcio.
2.11. Anexo XI – Memorial Descritivo
2.12. Anexo XII – Relação de Unidades, endereços, horários, responsáveis e contatos.

P R E G Ã O E L E T R Ô N I C O N.º 15163/2026

SEÇÃO I

O MUNICÍPIO DE SANTOS, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal n.º 10.222, de 20 de outubro de 2023 e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na forma abaixo.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através da utilização de recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET, onde o acesso as informações é protegido por **HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure).**

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Santos, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a Plataforma "BLL Compras" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (bllcompras.com).

1.3. Para fins de participação na licitação, ficam adotadas as seguintes definições:

a) cota de ampla participação: destinada à participação de todo e qualquer interessado que atenda à todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, com valor total acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

b) cota exclusiva para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada exclusivamente à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com valor total até R$ 80.000,00;

c) cota reservada para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada a reserva de até 25% (vinte e cinco por cento) da cota de ampla participação, à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

2. OBJETO

2.1. A descrição detalhada do objeto da presente licitação consta do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

3. ITEM ORÇAMENTÁRIO

3.1. A descrição do item orçamentário será indicada no momento da formalização na Ata de Registro de Preços.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através de campo próprio do sistema.

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste Edital.

4.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação e ao pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

5.1. O interessado em participar do certame deverá observar a data e o horário da sessão pública, conforme previsto na folha de rosto, o que será o prazo limite para inserção da proposta.

6. REFERÊNCIA DE TEMPO

6.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

SEÇÃO II

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

7.2. Para fins do disposto no artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica a participação nos lotes das cotas exclusivas (inciso I) ou reservadas (inciso III) limitada às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como às Cooperativas de Consumo (COOP), equiparadas nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

7.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos e atas com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015.

7.3. Em se tratando de consórcio, a participação de empresas fica condicionada, além das exigências gerais contidas neste Edital e das disposições da Lei nº 14133/2021, ao atendimento dos seguintes requisitos:

a) poderão participar desta licitação as empresas em consórcio já constituído ou que tenham se obrigado a constituí-lo, através de Termo de Compromisso público ou particular de Constituição de Consórcio (Anexos X e IX deste Edital);

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) cada empresa consorciada deverá apresentar a totalidade dos documentos exigidos para habilitação, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, sendo certo que a inabilitação de uma das empresas inabilita o consórcio;

d) as empresas reunidas em um consórcio ficarão impedidas de participar desta licitação integrando outro consórcio, ou de se apresentar isoladamente;

e) os integrantes do consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução da ata de registro de preços;

f) para fins de aferição da qualificação econômico-financeira do consórcio, admite-se a soma do capital mínimo ou do patrimônio líquido das empresas que o integram, observada a proporção de sua respectiva participação, acrescida de 30 % (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira;

g) o acréscimo previsto na letra "f" deste item não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei;

h) no caso do consórcio formado nos termos deste Edital sagrar-se vencedor deste procedimento licitatório e, ser-lhe adjudicado o objeto do certame, as empresas que o integram deverão obrigatoriamente promover, antes da celebração da ata de Registro de Preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea "a" acima;

i) eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão competente e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os esmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou a ata de registro de preços.

7.4. Não poderão participar nesta licitação:

7.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

7.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.4.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

7.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

7.6. O impedimento de que trata o **item 7.4.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **7.4.2** e **7.4.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.9. O disposto nos itens **7.4.2** e **7.4.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.11. A vedação de que trata o **item 7.5** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) responder os pedidos de esclarecimentos e eventuais impugnações apresentadas contra o edital, com o auxílio dos setores técnicos competentes;

b) determinar a abertura da sessão pública e promover seu adiamento, suspensão ou reativação, quando necessário, conforme decisão da autoridade competente;

c) analisar as propostas e desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos previstos no edital;

d) promover o desempate das propostas, quando o sistema eletrônico de licitação não o previr automaticamente;

e) processar a etapa de lances de acordo com a modalidade de licitação e com o sistema utilizado;

f) promover o exercício do direito de preferência afeto às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, quando for o caso;

g) negociar o valor do menor preço obtido ou condições mais vantajosas para a Administração;

h) decidir motivadamente quanto à aceitabilidade do preço;

i) promover a habilitação;

j) recepcionar, analisar e se manifestar com relação aos recursos interpostos contra seus atos, encaminhando-os à autoridade competente, caso não reforme a decisão recorrida;

k) elaborar ata da sessão pública com o auxílio eletrônico;

l) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para a homologação.

– CREDENCIAMENTO –

8.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão nomear através do Termo de Credenciamento, operador devidamente habilitado pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site bllcompras.com

8.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e leilões do Brasil, devidamente justificado.

8.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Santos a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

– PARTICIPAÇÃO –

8.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

8.7.1. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

8.7.2. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida com a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil pelo telefone: (41) 3097-4600 ou e-mail: contato@bll.org.br

8.7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.8. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.9. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14133/2021, o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

8.10. A falsidade da declaração de que trata o **item 8.9** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

8.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.13.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do **item 8.13** terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

8.17. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:

8.17.1. Valor Unitário do Item

8.17.2. 8.17.2. Marca/Modelo;

8.18. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.19. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.20. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, só será permitido alteração sob alegação de erro, quando este for visivelmente discrepante (por exemplo erro no lance ofertado).

- DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

8.21. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.22. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.22.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.23. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

8.24. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.25. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.**

8.26. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

8.26.1. Não há possibilidade de prever preços diferentes em razão da execução do objeto ocorrer em locais diferentes, ou qualquer outra circunstância elencada no art. 82, III da Lei Federal nº 14133/21.

8.26.2. Não há possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

8.27. Será possível registrar o preço de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

- DA ETAPA DE LANCES

8.28. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.29. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.30. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.31. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

8.32. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.33. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.34. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.35. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.36. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.37. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.38. Após a etapa de envio de lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 e a Lei Complementar nº 123/2006.

8.39. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, se esta for empresa de maior porte, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.40. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.41. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

8.42. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.43. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.44. Em caso de eventual empate entre as propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14133/2021, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430/2023)

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.44.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.44.2 As regras previstas no **item 8.44** não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.45. Nesse procedimento será adotado o modo de disputa **ABERTO E FECHADO.**

- **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**

8.46. Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o modo de disputa "aberto e fechado", no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

8.46.1.A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.46.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.46.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.46.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 8.46.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.46.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

9.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.2.1.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2.2 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.5. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no **item 7.4.4** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portal-transparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

b) Relação de apenados publicada mensalmente no Diário Oficial do Estado https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados

9.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. contiver vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **item 9.8,** só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo

sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.12. Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Anexo II do Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados exclusivamente por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 4 (quatro) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **item 10.4**.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado referir-se ao julgamento das propostas ou ao ato de habilitação ou inabilitação do licitante a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A inexecução total ou parcial da Ata, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a FORNECEDORA, sem prejuízo da rescisão da Ata, às seguintes penalidades:

a) advertência;
b) multa;
c) impedimento de licitar e contratar;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.1.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

12.1.2. A aplicação das penalidades ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, e no caso de sanção de multa, após defesa prévia do interessado.

12.1.3. No caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas **"a", "b" e "c"** do **item 12.1**, caberá apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.1.4. No caso de aplicação da penalidade prevista na alínea **"d"** do **item 12.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.1.5. Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

12.2. A advertência será aplicada exclusivamente quando der causa à inexecução parcial da ata, quando não se justificar aplicação de penalidade mais grave.

12.3. A FORNECEDORA ficará sujeita às seguintes multas:

a) 10% (dez por cento) do valor atualizado da Autorização de Fornecimento, quando por fato que lhe seja imputável, der causa à inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;

b) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total atualizado da Autorização de Fornecimento, na hipótese de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, incidente a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado para a entrega;

c) 10% (dez por cento) do valor atualizado da Autorização de Fornecimento, na hipótese de não cumprimento de qualquer outra cláusula ou condição deste instrumento.

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a FORNECEDORA do pagamento de indenização por perdas e danos, que eventualmente venha a dar causa.

12.5. A multa aplicada à FORNECEDORA e os prejuízos por ela causados ao Município serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

12.6. A FORNECEDORA desde logo autoriza o MUNICÍPIO a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

12.7. O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado quando:

I – ocorrer a inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II – ocorrer a inexecução total da Ata de Registro de Preços;

III – não for entregue a documentação exigida para o certame;

IV - não for mantida a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não for celebrada a Ata de Registro de Preços ou não for entregue a documentação exigida para a assinatura da Ata de Registro de Preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - houver o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VII - não for comprovada a condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), e Cooperativa de Consumo (COOP), na licitação de lotes de cotas exclusivas ou reservadas (artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006):

12.8. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada pelo Sr. Secretário Municipal quando ocorrer:

I – apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;

II - fraude na licitação ou prática de ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

III - comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza;

IV – prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13. FORMALIZAÇÃO DA ATA

13.1. Decorrido o prazo para recurso e constatada a regularidade dos atos praticados, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor e o procedimento licitatório será homologado pela autoridade competente.

13.2. No caso de consórcio sagrar-se vencedor e ser-lhe adjudicado o objeto do certame, as empresas que o integram deverão obrigatoriamente promover, antes da celebração da Ata de Registro de Preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea "a" do **item 7.3** deste Edital.

13.3. Em seguida, o adjudicatário será convocado para assinatura da Ata, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da data do recebimento da convocação.

13.4. A recusa injustificada à assinatura da Ata, quando efetivada a convocação dentro do prazo de sua proposta, sujeita o licitante vencedor à multa de 30% (trinta por cento) do valor total da Ata e, ainda, à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Santos, pelo prazo de 12 (doze) meses.

13.4.1. Na sequência, o Pregoeiro poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos editalícios e habilitatórios e feita a negociação, declará-lo vencedor.

14. CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Constam da Minuta anexa a este Edital (Anexo VIII).

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: bllcompras.com e http://www.santos.sp.gov.br/licitasantos/.

Santos, 23 de novembro de 2026

FÁBIO LOPEZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15163/2026

Seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando ao fornecimento de **telas de projeção elétricas e retráteis de 200 polegadas, com instalação**, e **telas de projeção manuais e retráteis de 120 polegadas, com tripé** a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, conforme as especificações a seguir:

(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO)					
ITEM	**Descrição**	**Unid.**	**Qu ant.**	**Valor unitário estimado (R$)**	**Valor total estimado (R$)**
01	**TELA DE PROJEÇÃO ELÉTRICA RETRÁTIL COM INSTALAÇÃO** mínimo de 200 polegadas na diagonal; formato: retangular, com largura obrigatoriamente superior à altura; proporção da área visual: aproximadamente 4:3; área visual útil mínima: 4,06 m de largura por 3,05 m de altura, admitida variação de até 5%. Demais especificações no Anexo XI do Edital.	**UNIDADE**	**28**	**R$ 8.466,65**	**R$ 237.066,20**

(COTA RESERVADA PARA ME/EPP/COOP)					
ITEM	**Descrição**	**Unid.**	**Qu ant.**	**Valor unitário estimado (R$)**	**Valor total estimado (R$)**
02	**TELA DE PROJEÇÃO ELÉTRICA RETRÁTIL COM INSTALAÇÃO** mínimo de 200 polegadas na diagonal; formato: retangular, com largura obrigatoriamente superior à altura; proporção da área visual: aproximadamente 4:3; área visual útil mínima: 4,06 m de largura por 3,05 m de altura, admitida variação de até 5%. Demais especificações no Anexo XI do Edital.	**UNIDADE**	**9**	**R$ 8.466,65**	**R$ 76.199,85**

(COTA RESERVADA PARA ME/EPP/COOP)					
ITEM	**Descrição**	**Unid.**	**Qu ant.**	**Valor unitário estimado (R$)**	**Valor total estimado (R$)**
03	**TELA DE PROJEÇÃO MANUAL RETRÁTIL COM TRIPÉ** mínimo de 120 polegadas na diagonal; formato: retangular, com largura obrigatoriamente superior à altura; proporção da área visual:	**UNIDADE**	**36**	**R$ 529,67**	**R$ 19.068,12**

	aproximadamente 4:3; área visual útil mínima: 2,44 m de largura por 1,83 m de altura, admitida variação de até 5%.				

1. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

1.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS e gerenciada pela Escola da Saúde / COGEP / SMS.

1.2. O fornecimento do objeto desta licitação será requisitado, por escrito, através da Autorização de Fornecimento, quando verificada a necessidade, às detentoras da Ata, obedecida a classificação.

1.3. Nos termos do artigo 83 da Lei Federal n° 14133/2021 a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

1.4. A detentora que assinar a Ata de Registro de Preços fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

1.5. O prazo para atendimento de cada pedido, compreendendo entrega e, conforme o item, instalação, montagem, testes e orientação operacional, será de até **30 dias corridos,** contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente.

1.6. A execução do objeto consistirá no fornecimento, entrega e movimentação das telas autorizadas. Para a **TELA DE PROJEÇÃO ELÉTRICA RETRÁTIL**, compreenderá ainda levantamento das condições do ambiente, instalação fixa em parede ou teto, conexão a ponto elétrico existente, configuração dos limites, testes e orientação operacional. Para o **TELA DE PROJEÇÃO MANUAL RETRÁTIL COM TRIPÉ**, compreenderá montagem inicial do tripé, abertura, regulagem, testes de estabilidade, recolhimento e orientação operacional, conforme este Termo de Referência, a Ata, o edital, a proposta e o instrumento de fornecimento aplicável.

1.7. A entrega e a instalação deverão ocorrer em dias úteis e deverão ser previamente agendadas com os responsáveis indicados no Anexo XI. O agendamento será realizado pela contratada por telefone ou e-mail, conforme os contatos do anexo, com antecedência suficiente para organização do recebimento e acesso aos ambientes, respeitado o prazo máximo de 30 dias corridos.

1.8. Os produtos e acessórios deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos e em condições adequadas de transporte, de modo a evitar impactos, umidade, poeira, riscos, manchas, rasgos, amassamentos, deformações e danos à superfície de projeção, ao estojo, ao mecanismo retrátil, ao motor, ao controle, ao tripé, às travas ou aos demais componentes.

1.9. Não serão aceitos produtos com sinais de uso anterior, avarias, defeitos aparentes, divergência de marca ou modelo, ausência de acessórios ou documentos, dimensões inferiores às exigidas, largura inferior à altura, superfície manchada ou deformada, mecanismo, motor, controle, trava ou tripé defeituoso, instalação instável ou qualquer condição que comprometa segurança, funcionalidade, desempenho ou uso institucional.

2. DA GARANTIA:

2.1. Os produtos ofertados deverão possuir garantia mínima de 12 meses, para eventuais defeitos de fabricação, a contar da data do recebimento definitivo.

2.2. A garantia deverá cobrir vícios, defeitos de fabricação, falhas da superfície de projeção, do estojo, do mecanismo retrátil, do motor, do acionamento, do controle, dos acessórios, do tripé, da haste, das travas, da fixação e da instalação, conforme o item, além de ocorrências que comprometam a utilização regular do produto, desde que não decorrentes de mau uso comprovado.

2.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica, realizar reparos, promover substituição de peças ou substituir integralmente o produto defeituoso, sem ônus adicional para a Administração.

2.4. O custo de transporte, retirada, devolução, deslocamento, mão de obra, peças ou substituição de produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade da contratada.

2.5. A garantia contratual não exclui a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor, nem afasta a responsabilidade da contratada por vícios ocultos ou defeitos identificados posteriormente ao recebimento definitivo.

3. DO RECEBIMENTO DO PRODUTO

3.1. O produto será recebido:

3.1.1. Provisoriamente, na data da entrega, para posterior verificação da conformidade com a especificação, nos termos do art. 140, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.2. Definitivamente, após verificação e consequente aceitação, mediante recibo expedido, no prazo de até 10 dias corridos, nos termos do art. 140, inciso II, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. O recebimento será realizado por servidor ou comissão designada pela Administração, mediante conferência quantitativa e qualitativa dos bens entregues.

3.3. A conferência observará, no mínimo:

a) quantidade entregue e, nos Lotes 01 e 02, instalada;

b) integridade física da superfície de projeção, do estojo, das estruturas, dos mecanismos, do motor, do controle, dos suportes, dos cabos, do tripé, da haste, das travas e dos acessórios;

c) correspondência entre marca, modelo, fabricante e documentação aprovada;

d) tamanho nominal, dimensões da área visual, formato, largura superior à altura, proporção, material, acabamento, opacidade, bordas, ganho e ângulo de visão;

e) funcionamento do sistema elétrico, do motor, do controle remoto, dos limites de abertura e fechamento e do recolhimento dos lotes 01 e 02;

f) funcionamento do mecanismo manual, das travas, da regulagem de altura, da haste, da base e do recolhimento do lote 03;

g) estabilidade, nivelamento, acabamento e segurança da instalação dos Lote 01 e 02 e do tripé do Lote 03;

h) presença e compatibilidade dos controles, cabos, receptores, suportes, elementos de fixação, tripé e demais acessórios exigidos;

i) ausência de manchas, rasgos, emendas inadequadas, ondulações, deformações, rebarbas, pontas cortantes ou partes soltas;

j) apresentação da ficha técnica, manuais, termo de garantia, canal de assistência e identificação dos produtos;

k) comprovação do atendimento às normas de segurança elétrica e instalação expressamente exigidas para os Lotes 01 e 02 e aos requisitos de estabilidade e segurança do Lote 03.

3.4. Caso sejam identificados defeitos, avarias, falhas de instalação ou testes, divergência de especificação, ausência de documentação obrigatória ou entrega em quantidade inferior à autorizada, a contratada deverá providenciar correção, reparo, substituição ou complementação no prazo definido pela Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, defeitos de fabricação, desconformidades ou falhas identificadas durante o período de garantia.

4. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

4.1. Após cada entrega, a Fornecedora deverá emitir Nota Fiscal / Fatura, contemplando o valor total do fornecimento efetuado.

4.2. O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de emissão da nota de liquidação. Eventuais boletos encaminhados pelos fornecedores serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de um ano, a contar da data da sua assinatura, prorrogável por igual período, desde que:

I - o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

II - pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado;

III – havendo interesse público devidamente justificado e disponibilidade de créditos orçamentários e, caso os preços permaneçam vantajosos.

5.2 A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as disposições neles contidas.

5.3 Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6. DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do período, observada a legislação federal em vigor.

6.2. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

6.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.3. O pedido de revisão de preços poderá ocorrer a qualquer tempo e deverá estar instruído com provas que evidenciem a necessidade de revisão de preço e será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

6.4. Compete ao Órgão Gerenciador a prática dos atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, incluindo o acompanhamento da economicidade dos preços registrados, nos termos do artigo 79 do Decreto Municipal nº 10222/2023.

ANEXO II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a seguinte documentação:

1.1.1. A documentação exigida para habilitação e comprovação técnica limitar-se-á aos documentos efetivamente aplicáveis ao objeto, conforme os itens seguintes, observados o edital, este Termo de Referência e a legislação vigente**.**

1.1.2. A empresa licitante deverá apresentar Ficha Técnica Completa, catálogo ou Manual de Especificações Técnicas, em língua portuguesa ou acompanhado de tradução dos trechos necessários, contendo, no mínimo, marca, modelo, fabricante, procedência, imagem correspondente, tamanho nominal, formato, proporção, dimensões da área visual, material e acabamento da superfície, verso, bordas, ganho, ângulo de visão, material do estojo e da estrutura, mecanismo de abertura e recolhimento, acessórios, dimensões, peso, garantia e demais informações necessárias à conferência objetiva. Para os Lotes 01 e 02, deverá conter ainda motor, acionamento, controle, alimentação elétrica, sistema de parada, suportes e elementos de instalação. Para o Lote 03, deverá conter tripé, haste, base, regulagem, travas, apoios e características de estabilidade.

a) marca;
b) modelo;
c) fabricante;
d) procedência;
e) imagem correspondente ao produto ofertado;
f) tamanho nominal, formato, proporção e dimensões da área visual;
g) material, acabamento, verso, bordas, ganho e ângulo de visão da superfície;
h) material do estojo, da estrutura e dos componentes;
i) mecanismo de abertura, recolhimento e travamento;
j) motor, acionamento, controle e alimentação elétrica, para o Item 01;
k) suportes, fixadores, cabos, conectores e acessórios de instalação do Item 01;
l) tripé, haste, base, regulagem, travas, apoios e estabilidade do Item 02;
m) dimensões e peso do conjunto;
n) prazo de garantia;
o) demais informações necessárias à conferência objetiva da especificação.

1.1.3. A ficha técnica apresentada deverá permitir a identificação clara do produto ofertado e a conferência objetiva de sua compatibilidade com todas as características mínimas exigidas neste Edital.

1.1.4. Para o Lotes 01 e 02, a empresa licitante deverá apresentar documentação técnica oficial que demonstre a compatibilidade do equipamento e dos componentes elétricos com a ABNT NBR IEC 62368-1 ou IEC 62368-1 equivalente, quando aplicável, bem como declaração de que a instalação observará a ABNT NBR 5410 e, quando houver plugue de alimentação, a ABNT NBR 14136. A comprovação poderá ocorrer por declaração técnica do fabricante, certificado, relatório, manual, ficha técnica ou documento equivalente.

1.1.5. Para o Lote 03, a empresa licitante deverá apresentar documentação técnica oficial que comprove a existência e as características do tripé, da haste, da base, das travas, da regulagem de altura e dos apoios, permitindo verificar a estabilidade e a compatibilidade do conjunto com a tela ofertada.

1.1.6. A empresa licitante deverá apresentar termo de garantia mínima de 12 meses e declaração de assistência técnica em território nacional, contendo prazo, cobertura, forma de acionamento, telefone, e-mail ou canal eletrônico, local de atendimento e eventuais ônus ao contratante.

1.1.7. A empresa licitante deverá declarar que o produto ofertado é novo, sem uso anterior, não recondicionado e não remanufaturado, e será entregue e, conforme o item, instalado ou montado em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança.

1.1.8. A empresa licitante deverá declarar que os preços incluem todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, encargos, frete, seguro, carga, descarga, movimentação, suportes, cabos, conectores, elementos de fixação, instalação do Lotes 01 e 02, montagem inicial do Lote 03, testes, orientação, deslocamentos e demais custos necessários ao cumprimento integral do objeto.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.9. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.1.10. Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.11. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da composição da diretoria em exercício.

1.1.11.1. No caso de consórcio, além dos documentos de cada consorciado, exigidos neste Anexo, deverá ser apresentado termo de compromisso, público ou privado, de constituição de consórcio ou termo de constituição de consórcio, subscrito por todas as empresas consorciadas, conforme modelos constantes dos Anexos X e IX respectivamente deste Edital, do qual deverá constar:

a) indicação clara do nome e qualificação das consorciadas e participação de cada qual no consórcio, sem prejuízo de sua responsabilidade solidária;

b) indicação da empresa líder, que representará o consórcio perante o MUNICÍPIO no decorrer do procedimento licitatório, podendo inclusive assumir obrigações perante as demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas;

c) declaração de que confere ao líder amplos poderes para representar os consorciados na licitação, em especial: transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação.

1.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva**.**

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

1.1.13. Prova de inscrição no CNPJ.

1.1.14. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.).

1.1.15. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União ou Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.16. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.17. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Mobiliários ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Finanças do Município, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos*, expedida nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho (Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1470 de 24 de agosto de 2011).

1.1.19. Declaração para fins do disposto no Artigo 68, Inciso VI, da Lei Federal n° 14133/2021, conforme Anexo IV.

1.1.20. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Artigo 63, Inciso IV e do Artigo 116, da Lei Federal nº 14133/2021, conforme Anexo V.

1.1.21. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos

termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do Artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 14133/2021, conforme Anexo VI.

1.1.22. As microempresas ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar declaração de enquadramento de receita bruta, para fins de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em atendimento ao disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14133/2021 (Anexo VII).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.1.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa ou de execução patrimonial do domicílio da pessoa física ou da firma individual, cuja data de emissão não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura desta licitação.

1.1.24. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômica da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

1.1.24.1. A comprovação de boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais que 1 (>=1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

1.1.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo

balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

1.1.24.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, §6º)

1.1.24.4. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

1.1.24.5. Comprovação do cumprimento de um dos seguintes itens, cuja opção ficará a critério do licitante:

Lote 01:

I – Capital mínimo de **R$ 23.706,62 (vinte e três mil, setecentos e seis reais e sessenta e dois centavos)**, ou;

II - Patrimônio líquido mínimo de **R$ 23.706,62 (vinte e três mil, setecentos e seis reais e sessenta e dois centavos).**

Lote 02:

I – Capital mínimo de **R$ 7.619,98 (sete mil seiscentos e dezenove reais e noventa e oito centavos)**, ou;

II - Patrimônio líquido mínimo de **R$ 7.619,98 (sete mil seiscentos e dezenove reais e noventa e oito centavos).**

Lote 03:

I – Capital mínimo de **R$ 1.906,81 (um mil novecentos e seis reais e oitenta e um centavos)**, ou;

II - Patrimônio líquido mínimo de **R$ 1.906,81 (um mil novecentos e seis reais e oitenta e um centavos).**

1.1.24.5.1. No caso de consórcio, a soma do capital mínimo ou do patrimônio líquido das empresas que o integram, observada a proporção de sua respectiva participação, deverá ter acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.1.25. Apresentação de Ficha Técnica Completa, catálogo ou Manual de Especificações Técnicas, em língua portuguesa ou acompanhado da tradução dos trechos necessários, contendo todas as características exigidas, marca, modelo, fabricante e imagem correspondente ao produto ofertado.

1.1.26. Apresentação, conforme o item, de documentação que comprove o motor, o

acionamento, a tensão, os suportes e acessórios de instalação dos Lotes 01 e 02 ou o tripé, a regulagem, as travas, a base e a estabilidade do Lote 03.

2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por verificação de autenticidade via internet.

3. Nos documentos em que não houver prazo de validade assinalado, serão considerados válidos os emitidos até 90 (noventa) dias corridos, antes da data de abertura desta licitação, exceção feita ao item **1.1.23** deste Anexo.

4. Todos os documentos deverão se reportar à sede ou à filial que participou da licitação e que executará a ata.

4.1. No caso da licitante desejar que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute a futura Ata, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

a) que o ato constitutivo da licitante (matriz) conste expressamente a filial;

b) que a licitante informe que o objeto será executado pela filial, quando então deverá ser comprovada a regularidade fiscal de ambos os estabelecimentos, com a apresentação das certidões necessárias.

ANEXO III - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15163/2026– PROCESSO N.º 034220/2026-77

PROPOSTA COMERCIAL

Fornecedor:
CNPJ: **Inscrição Estadual:**
Endereço: **Bairro:**
CEP: **Cidade:** **Estado:**
Telefone:
e-mail:

Pelo presente formulamos proposta comercial para seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando ao fornecimento de telas de projeção elétricas retráteis de 200 polegadas, com instalação, e telas de projeção manuais retráteis de 120 polegadas, com tripé, destinadas à locomoção dos pacientes atendidos pela Seção de Recuperação e Fisioterapia Zona Noroeste - SERFIS-ZNO e pela Seção de Recuperação e Fisioterapia Zona da Orla/Intermediária SERFIS-ZOI, da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, de acordo com as condições do Edital que rege a presente licitação, nos seguintes termos:

(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO)						
Lote	**Descrição**	**Unid.**	**Quantidade Estimada Anual**	**Marca/Modelo e Registro M.S.**	**Preço Unitário R$**	**Preço Total R$**
01	*(a descrição deverá ser fornecida pelo licitante, de acordo com o produto ofertado)*					

(...)

(COTA RESERVADA PARA ME/EPP/COOP)						
Lote	**Descrição**	**Unid.**	**Quantidade Estimada Anual**	**Marca/Modelo e Registro M.S.**	**Preço Unitário R$**	**Preço Total R$**
01	*(a descrição deverá ser fornecida pelo licitante, de acordo com o produto ofertado)*					

(COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)						
LOTE	**Descrição**	**Unid.**	**Quantidade Estimada Anual**	**Marca/Modelo e Registro M.S.**	**Preço Unitário R$**	**Preço Total R$**
03	*(a descrição deverá ser fornecida pelo licitante, de acordo com o produto ofertado)*					

Valor total estimado da Proposta: R$ ..... (.....).

No valor acima estão incluídas todas as despesas originárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, conforme item 8.16 do Edital.

Data: ...../.....2026

_____
Assinatura do Representante legal/Carimbo

ANEXO IV - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15163/2026– PROCESSO N.º 034220/2026-77

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA
Decreto 4.358, de 05.09.2002

EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA

Ref.: (15163/2026)

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

_____
(data)

_____
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15163/2026– PROCESSO N.º 034220/2026-77

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso IV do art. 63 e art.116 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____
(data)

_____
(representante legal)

ANEXO VI - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15163/2026– PROCESSO N.º 034220/2026-77

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no § 1, do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____
(data)

_____
(representante legal)

ANEXO VII - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15163/2026– PROCESSO N.º 034220/2026-77

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME / EPP

A Empresa ....., inscrita no CNPJ n°..... .., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., no uso de suas atribuições legais, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

a) cumpre os requisitos legais para a qualificação como MICROEMPRESA-ME / EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 à 43 da LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06.

b) não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no ano-calendário desta licitação, em conformidade com o previsto no inciso II, do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14133/2021.

c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

_____
(Local e data)

_____
(representante legal)

ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO PREÇOS

Processo n° 034220/2026-77
Pregão Eletrônico n° 15163/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTOS E ..... PARA A SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AO FORNECIMENTO DE TELAS DE PROJEÇÃO ELÉTRICAS E RETRÁTEIS DE 200 POLEGADAS, COM INSTALAÇÃO, E TELAS DE PROJEÇÃO MANUAIS E RETRÁTEIS DE 120 POLEGADAS, COM TRIPÉ A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS E SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMAM.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTOS, doravante simplesmente denominado MUNICÍPIO, com sede na Praça Visconde de Mauá, s/n°, em Santos/SP, inscrito no CNPJ sob n° 58.200.015/0001-83, neste ato representado pelo **SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** neste ato representada por seu titular**, Sr. FÁBIO LOPEZ,** devidamente autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do **Decreto nº 9.329 de 14 de maio de 2021** e de outro lado a empresa ....., com sede na ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n° ....., doravante denominado simplesmente FORNECEDORA, neste ato representada por ..... e por esta última, na forma de sua representação, foi dito que tendo sido aceita a proposta que apresentara, conforme especificações contida no **Pregão Eletrônico n° 15163/2026, Processo Administrativo n° 034220/2026-77** do MUNICÍPIO DE SANTOS, cujo teor declara expressamente conhecer e aceitar e sendo-lhe adjudicado o respectivo objeto, vêm assinar o presente instrumento, concordando com os termos e condições, pelos quais desde já se obriga:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento o fornecimento de **TELAS DE PROJEÇÃO ELÉTRICAS RETRÁTEIS DE 200 POLEGADAS, COM INSTALAÇÃO, E TELAS DE PROJEÇÃO MANUAIS RETRÁTEIS DE 120 POLEGADAS, COM TRIPÉ, DESTINADAS À A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS E SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMAM**, que deverá obedecer ao Edital de Pregão Eletrônico nº 15163/2026, e à proposta apresentada pelo Fornecedora, que integra o presente como Anexo Único, e aos quais este instrumento fica vinculado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Vinculam esta ata, independentemente de transcrição, o edital de licitação e a proposta da Fornecedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente ata de registro de preços é de um ano, contado da data da sua assinatura, prorrogável por igual período,

desde que:

I - o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

II - pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado;

III – havendo interesse público devidamente justificado e disponibilidade de créditos orçamentários e, caso os preços permaneçam vantajosos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as disposições neles contidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO: O fornecimento do objeto desta licitação será requisitado, por escrito, através da Autorização de Fornecimento, quando verificada a necessidade, às detentoras da Ata, obedecida a classificação.

PARAGRAFO ÚNICO: Nos termos do artigo 83 da Lei Federal n° 14133/2021 a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS e gerenciada pela Escola da Saúde / COGEP / SMS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO: A FORNECEDORA, ao assinar a Ata de Registro de Preços, fica obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo para a **entrega** será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, por escrito, que deverá ser providenciada pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS e de acordo com as quantidades determinadas pela unidade administrativa gerenciadora da ata.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo estipulado no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta deverá ser observado para a entrega integral do quantitativo autorizado, nos locais indicados pela Administração, conforme distribuição definida neste Edital, na Autorização de Fornecimento, na nota de empenho ou em instrumento equivalente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A entrega e montagem ocorrerão em dias úteis e deverão ser previamente agendadas com os responsáveis indicados no Anexo XIi. O agendamento será realizado pela contratada por telefone ou e-mail, conforme os contatos do anexo, com antecedência suficiente para organização do recebimento e acesso aos ambientes,

respeitado o prazo máximo de 30 dias corridos.

PARÁGRAFO QUARTO. Os produtos e acessórios deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos e em condições adequadas de transporte, de modo a evitar impactos, umidade, poeira, riscos, manchas, rasgos, amassamentos, deformações e danos à superfície de projeção, ao estojo, ao mecanismo retrátil, ao motor, ao controle, ao tripé, às travas ou aos demais componentes.

PARÁGRAFO QUINTO Não serão aceitos produtos com sinais de uso anterior, avarias, defeitos aparentes, divergência de marca ou modelo, ausência de acessórios ou documentos, dimensões inferiores às exigidas, largura inferior à altura, superfície manchada ou deformada, mecanismo, motor, controle, trava ou tripé defeituoso, instalação instável ou qualquer condição que comprometa segurança, funcionalidade, desempenho ou uso institucional.

CLÁUSULA SEXTA - DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO: Após cada entrega, a Fornecedora deverá emitir Nota Fiscal/Fatura, contemplando o valor total do fornecimento efetuado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de emissão da nota de liquidação. Eventuais boletos encaminhados pelos fornecedores serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS PREÇOS: Pelo fornecimento dos bens descritos na Cláusula Primeira, o Município pagará à Fornecedora os valores descritos na proposta apresentada, parte integrante deste instrumento como Anexo I.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico n° 15163/2026, bem como a proposta apresentada pela Fornecedora que as precederam e vinculam o presente instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos preços indicados nesta cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS: Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do período, observada a legislação federal em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado,

cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pedido de revisão de preços poderá ocorrer a qualquer tempo e deverá estar instruído com provas que evidenciem a necessidade de revisão de preço e será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

PARÁGRAFO QUARTO: Compete ao Órgão Gerenciador a prática dos atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, incluindo o acompanhamento da economicidade dos preços registrados, nos termos do artigo 79 do Decreto Municipal nº 10222/2023.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: A FORNECEDORA obriga-se a:

I. Executar fielmente o ajustado, fornecendo os produtos descritos na Cláusula Primeira deste instrumento, de acordo com as quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento;

II. Efetuar a entrega no local, prazo e condições estipulados neste Edital;

III. Prover o adequado transporte dos produtos objeto da presente Ata;

IV. Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos que entregar, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem falhas ou defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da respectiva comunicação, por escrito, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido;

V. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI. Arcar com as despesas de transportes, seguros, impostos, taxas e outras que eventualmente venham a recair sobre o objeto desta Ata, até o seu término;
VII. Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização dos mesmos.

VIII. Cumprir e comprovar, durante todo o período de execução da ata, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, parágrafo único da Lei n.º 14.133/2021);

IX. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta Ata.

X. Fornecer e instalar a solução em perfeitas condições, conforme especificações, medidas aprovadas, prazo e locais constantes neste Termo de Referência e seus anexos;

XI. Fornecer produtos novos, sem uso anterior, não recondicionados e não remanufaturados, em perfeitas condições de funcionamento, conservação, alinhamento e segurança;

XII. Executar o objeto acompanhado de Nota Fiscal/Fatura, ficha técnica, orientações, termo de garantia, canal de assistência e documentação técnica exigida;

XIII. Apresentar a documentação técnica relativa às dimensões, materiais, mecanismos, tensão, segurança elétrica, instalação, acessórios, tripé, travas e estabilidade, conforme o item;

XIV. Responsabilizar-se por transporte, frete, seguro, carga, descarga e movimentação; nos Lotes 01 e 02, por levantamento das condições do local, suportes, cabos, conectores, canaletas, fixações, instalação em parede ou teto, configuração dos limites, testes, orientação e retirada dos resíduos gerados; e, no Lote 03, por montagem inicial, regulagem, testes de estabilidade e orientação, sem ônus adicional;

XV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, sem ônus adicional, estruturas, painéis, tampo, gavetas, corrediças, fechaduras, chaves, puxadores, rodízios, ferragens ou montagens com defeitos, avarias, divergência de especificação, falhas de testes, ausência de documentação ou quantidade inferior à autorizada;

XVI. Realizar entrega e, conforme o item, instalação ou montagem nos locais indicados, mediante agendamento prévio por telefone ou e-mail com os responsáveis do Anexo II;

XVII. Prestar assistência técnica durante a garantia, incluindo peças, mão de obra, deslocamento, retirada, transporte, reparo ou substituição quando necessários;

XVIII. Manter canal de atendimento em território nacional durante o período de garantia;

XIX. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com a legislação aplicável;

XX. Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

XXI. Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade que possa comprometer a execução do objeto;

XXII. Indicar preposto ou responsável para contato com a Administração, quando solicitado;

XXIII. Não transferir a terceiros a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações assumidas;

XXIV. Arcar com todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre a execução do objeto;

XXV. Responder por perdas e danos causados à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: O Município obriga-se a:

I. Disponibilizar local adequado para o recebimento e guarda dos materiais;

II. Prestar todas as informações necessárias ao fiel cumprimento da presente Ata;

III. Atestar a Nota Fiscal/ Fatura de acordo com a entrega efetuada, quando em conformidade com a presente Ata de Registro de Preços, encaminhando-a ao setor competente para as providências relativas ao pagamento;

IV. Fiscalizar e inspecionar a entrega dos produtos, verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao especificado;

V. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Fornecedora, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: A inexecução total ou parcial da Ata, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a Fornecedora, sem prejuízo da rescisão da Ata, às seguintes penalidades:

I) advertência;
II) multa;
III) impedimento de licitar e contratar;
IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A aplicação das penalidades ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, e no caso de sanção de multa, após defesa prévia do interessado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de aplicação das penalidades previstas nos incisos "I", "II" e "III" do caput, caberá apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de aplicação da penalidade prevista no inciso "IV" do caput, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

PARÁGRAFO SEXTO: A advertência será aplicada exclusivamente na hipótese de inexecução parcial da ata, quando não se justificar aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A Fornecedora ficará sujeita às seguintes multas:

I) 10% (dez por cento) do valor atualizado da Autorização de Fornecimento, quando por fato que lhe seja imputável, der causa à inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
II) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total atualizado da Autorização de Fornecimento, na hipótese de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, incidente a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado para a entrega;
III) 10% (dez por cento) do valor atualizado da Autorização de Fornecimento, na hipótese de não cumprimento de qualquer outra cláusula ou condição deste instrumento.

PARÁGRAFO OITAVO: A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a FORNECEDORA do pagamento de indenização por perdas e danos, que eventualmente venha a dar causa.

PARÁGRAFO NONO: A multa aplicada à FORNECEDORA e os prejuízos por ela causados ao Município serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A FORNECEDORA desde logo autoriza o MUNICÍPIO a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado quando:

I – ocorrer a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II – ocorrer a inexecução total do contrato;

III – não for entregue a documentação exigida para o certame;

IV - não for mantida a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não for celebrado o contrato ou não for entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - houver o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VII -não for comprovada a condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), e Cooperativa de Consumo (COOP), na licitação de lotes de cotas exclusivas ou reservadas (artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006):

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada pelo Sr. Secretário Municipal quando ocorrer:

I – apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;

II - fraude na licitação ou prática de ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

III - comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza;

IV – prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA: O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

III - deixar, injustificadamente, de assinar a ata ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

IV - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

V - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A ata de registro de preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na cláusula décima primeira para cada hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização desta Ata será exercida pela Escola da Saúde / COGEP / SMS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA: Os produtos ofertados deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, para eventuais defeitos de fabricação, a contar da data do recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO PRODUTO: O produto será recebido:

I. O produto será recebido:

II. Provisoriamente, na data da entrega, para posterior verificação da conformidade com a especificação, nos termos do art. 140, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.

III. Definitivamente, após verificação e consequente aceitação, mediante recibo expedido, no prazo de até 10 dias corridos, nos termos do art. 140, inciso II, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV. O recebimento será realizado por servidor ou comissão designada pela Administração, mediante conferência quantitativa e qualitativa dos bens entregues.

V. A conferência observará, no mínimo:

a) quantidade entregue e, NOS Lotes 01 E 02, instalada;

b) integridade física da superfície de projeção, do estojo, das estruturas, dos mecanismos, do motor, do controle, dos suportes, dos cabos, do tripé, da haste, das travas e dos acessórios;

c) correspondência entre marca, modelo, fabricante e documentação aprovada;

d) tamanho nominal, dimensões da área visual, formato, largura superior à altura, proporção, material, acabamento, opacidade, bordas, ganho e ângulo de visão;

e) funcionamento do sistema elétrico, do motor, do controle remoto, dos limites de abertura e fechamento e do recolhimento dos Lotes 01 e 02;

f) funcionamento do mecanismo manual, das travas, da regulagem de altura, da haste, da base e do recolhimento do Lote 03;

g) estabilidade, nivelamento, acabamento e segurança da instalação dos Lotes 01 e 02 e do tripé do Lote 03;

h) presença e compatibilidade dos controles, cabos, receptores, suportes, elementos de fixação, tripé e demais acessórios exigidos;

i) apresentação da ficha técnica, manuais, termo de garantia, canal de assistência e identificação dos produtos;

J) comprovação do atendimento às normas de segurança elétrica e instalação expressamente exigidas para o Lote 01 e 02 e aos requisitos de estabilidade e segurança do Lote 03.

VI. Caso sejam identificados defeitos, avarias, falhas de instalação ou testes, divergência de especificação, ausência de documentação obrigatória ou entrega em quantidade inferior à autorizada, a contratada deverá providenciar correção, reparo, substituição ou

complementação no prazo definido pela Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis.

VII. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, defeitos de fabricação, desconformidades ou falhas identificadas durante o período de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO CRITÉRIO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA NO CASO DE ATRASO NOS PAGAMENTOS: No caso de inadimplemento de parcela por mais de 30 (trinta) dias, sobre o valor devido incidirá atualização monetária pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), bem como juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro-rata die, desde o final do trintídio até a data de efetiva liquidação do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: As partes deste instrumento deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.7092018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para propósito de execução e acompanhamento deste ajuste, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos à esta avença, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO: Aplica-se à execução desta Ata e, especialmente aos casos omissos, a Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO: Será competente o foro da Comarca de Santos para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta ata, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem assim de pleno acordo assinam presente instrumento, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 15163/2026, na presença de duas testemunhas que são ..... para que surtam os efeitos legais, pelo que eu, ... o digitei, dato e assino.

Santos, ___ de _____ de 2026.

_____
FORNECEDORA

_____
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

_____ _____
TESTEMUNHA **TESTEMUNHA**

ANEXO IX - Modelo

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

_____(consorciada)_____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/M.F. sob nº _____, representada neste ato por seu _____, Sr. _____ e _____(consorciada)_____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de _____, Estado _____, representada na presente oportunidade por seu _____, Sr. _____, ajustam e convencionam pelo presente a constituição de CONSÓRCIO para fins adiante, que será pelos mesmos cumprido, bem assim por seus sucessores a qualquer título, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a constituição de CONSÓRCIO entre as partes signatárias, em cumprimento ao compromisso apresentado no Pregão Eletrônico nº 15163/2026, que objetiva o fornecimento de telas de projeção elétricas retráteis de 200 polegadas, com instalação, e telas de projeção manuais retráteis de 120 polegadas, com tripé, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM, sendo que, para o cumprimento das obrigações decorrentes do firmamento da ata originária de tal procedimento licitatório, as partes comprometeram-se a emprestar recíproca colaboração profissional e técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA - NATUREZA JURÍDICA: O consórcio ora formalizado não se constitui nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta de seus membros.

CLÁUSULA TERCEIRA - DENOMINAÇÃO: Apenas para o fim exclusivo de relacionamento com o Município da avença antes declinada, convenciona-se chamar-se as empresas subscreventes como CONSÓRCIO _____/_____, de modo a facilitar o tratamento.

CLÁUSULA QUARTA – ENDEREÇO: O CONSÓRCIO tem como endereço a Rua: _____, na cidade de _____, Estado _____, sede da Empresa _____nome da empresa líder_____ .

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE DURAÇÃO: O presente instrumento vigorará pelo tempo necessário à execução da totalidade do objeto da ata na Cláusula Primeira, sendo sua duração de ..... (.....) meses, ou até a conclusão do objeto licitado.

CLÁUSULA SEXTA – LIDERANÇA: Fica instituída como líder do consórcio a empresa

_____, a qual são conferidos amplos poderes de representação, inclusive para receber pagamentos relativos à Ata citada na Cláusula Primeira, assinar recibos, dar quitação, etc.

CLÁUSULA SÉTIMA - PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO OBJETO DA ATA:

I- Convenciona-se que, para a execução do Objeto da ata mencionado na cláusula Primeira, a cada uma das consorciadas, sob a coordenação da empresa líder, competirá:

A) à _____(nome da consorciada), executar:

a.1) _____

a.2) _____

B) à _____(nome da consorciada), executar:

b.1.) _____

b.2.) _____

(...)

CLÁUSULA OITAVA - PARTICIPAÇÃO DA RENUMERAÇÃO:

I) Considerando o valor total da ata a que se alude na Cláusula Primeira, cada uma das consorciadas fará jus aos seguintes percentuais de participação na renumeração a ser paga ao Município:

a) empresa _____, ____% (.....)

b) empresa _____, ____ % (.....)

(...)

CLÁUSULA NONA – DESPESAS: Cada empresa consorciada será responsável pelas despesas necessárias à consecução de sua cota parte na execução do objeto da atendida ata, inclusive no que diz respeito a tributo e outros custos incidentes sobre a parcela da renumeração.

CLÁUSULA DÉCIMA – COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

I) As empresas consorciadas comprometem-se entre si a responder individualmente

pelas que cada qual assumiu , no entanto, todas as consorciadas comprometem-se perante a_____(nome da licitadora)_____, ao cumprimento da totalidade do objeto da ata referida na Cláusula Primeira, pelo que serão solidariamente responsáveis por qualquer inadimplemento e irregularidades do indigitado ajuste, seja de que natureza for.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO: Eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão competente e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os esmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou a ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA- DO FORO: É competente o foro da comarca de Santos, estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para a dirimência de eventuais divergências entre as partes, resultante deste instrumento que não possam ser solucionadas de comum acordo entre os representantes das consorciadas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente pacto, em ____(___) vias de igual teor e forma, destinando-se uma via para a _____(nome da licitadora) _____, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.

Santos, _____ de _____ de 2026.

_____(consorciada)_____

_____(consorciada)_____

Testemunhas:

_____ _____

ANEXO X - Modelo

TERMO DE COMPROMISSO DE CONSÓRCIO

Pelo presente instrumento, as signatárias, com vistas à participação no Pregão Eletrônico nº 15163/2026, assumem o compromisso de efetivamente formalizarem a constituição de consórcio, caso vençam a licitação em apreço, pelo que declaram desde já que:

Indico_____(Indicação clara do nome e qualificação das consorciadas e participação de cada qual no consórcio, sem prejuízo de sua responsabilidade solidária);

A empresa _____, será a líder do consórcio;

Confiro ao líder amplos poderes para representar os consorciados na licitação, em especial: transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação.

O prazo de duração do consórcio, será de _____(_____) meses ou até o cumprimento de todas as obrigações da ata;

As consorciadas serão responsáveis solidariamente pela execução total da ata, em todos os seus termos.

_____,_____ de _____ de 2026.

_____
(Nome da empresa e de seu representante legal)

_____
(Nome da empresa e de seu representante legal)

ANEXO XI – MEMORIAL DESCRITIVO

Especificação técnica

Lotes 01 e 02 – Tela de projeção elétrica retrátil de 200 polegadas, com instalação

Tela de projeção elétrica e retrátil; condição: produto novo, sem uso anterior, não recondicionado e não remanufaturado; aplicação: projeção de imagens, apresentações, vídeos, aulas, capacitações, treinamentos, reuniões, eventos e demais atividades institucionais; tamanho nominal: mínimo de 200 polegadas na diagonal; formato: retangular, com largura obrigatoriamente superior à altura; proporção da área visual: aproximadamente 4:3; área visual útil mínima: 4,06 m de largura por 3,05 m de altura, admitida variação de até 5%, desde que preservado o tamanho nominal mínimo de 200 polegadas e que a largura permaneça superior à altura; superfície de projeção: lona vinílica, tecido sintético ou material específico para projeção de desempenho equivalente ou superior; acabamento frontal: branco fosco, uniforme, sem brilho excessivo, ondulações, manchas, emendas ou deformações que prejudiquem a imagem; verso: preto ou com tratamento opaco que impeça a passagem de luz; bordas: pretas, destinadas a melhorar o enquadramento e o contraste; ganho de luminosidade: entre 1,0 e 1,2, ou desempenho equivalente comprovado pelo fabricante; ângulo de visão: mínimo de 120 graus; estrutura e estojo: metálicos, confeccionados em aço, alumínio ou material metálico de resistência equivalente ou superior, com acabamento resistente à corrosão; sistema de abertura: elétrico e retrátil, com enrolamento motorizado; motor: tubular ou sistema equivalente, dimensionado para o peso e as dimensões da tela, com parada automática nos limites superior e inferior; acionamento: por controle remoto sem fio, acompanhado de pilhas ou baterias, admitido comando adicional por interruptor, receptor ou painel integrado; alimentação elétrica: 110 V, 220 V ou bivolt, conforme configuração do fabricante e tensão indicada pela Administração para o local de instalação; frequência: 50/60 Hz; fixação: compatível com instalação em parede ou teto; acessórios mínimos: controle remoto, cabo de alimentação, receptor, suportes, parafusos, buchas, chumbadores, conectores, cabos, canaletas, fixadores e demais elementos necessários à instalação e ao pleno funcionamento; instalação: entrega, movimentação até o local definitivo, levantamento prévio das condições do ambiente, montagem, nivelamento, fixação em parede ou teto, conexão a ponto elétrico existente, configuração dos limites de abertura e fechamento, testes de funcionamento e orientação operacional básica; limites da instalação: não compreende obras civis, reforço estrutural, criação de novo circuito elétrico, alteração do quadro de distribuição ou instalação de novo ponto de energia; acabamento: estrutura firme, sem rebarbas, pontas cortantes, partes soltas, deformações ou defeitos que comprometam a segurança, o funcionamento ou a durabilidade.

Normas técnicas e requisitos de segurança: o equipamento e os componentes elétricos deverão atender à ABNT NBR IEC 62368-1 ou à IEC 62368-1 equivalente, quando aplicável. A conexão elétrica e os materiais empregados na instalação deverão observar a ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão. Plugues, tomadas e conectores deverão ser compatíveis com o padrão aplicável, observada a ABNT NBR 14136 quando

houver plugue de alimentação. A instalação deverá seguir as instruções, os limites de carga e as recomendações do fabricante da tela, dos suportes e dos elementos de fixação.

Comprovação de qualidade e conformidade: a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, como condição de aceitação da proposta, marca, fabricante e modelo ofertados, ficha técnica, catálogo ou manual oficial e documentação técnica que permita verificar o tamanho nominal, as dimensões da área visual, a proporção, o material da superfície, o sistema de acionamento, a tensão elétrica, os acessórios e os demais requisitos. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou acompanhados de tradução dos trechos necessários à análise. Poderão ser solicitados esclarecimentos, diligências, amostra ou demonstração técnica, nos limites legais, quando a documentação não for suficiente para confirmar a conformidade do produto, dos acessórios ou da solução de instalação.

Garantia e documentação: o produto deverá acompanhar termo de garantia mínima de 12 meses, contados do recebimento definitivo, abrangendo a superfície de projeção, o estojo, o motor, o sistema de acionamento, o controle remoto, os acessórios fornecidos e o serviço de instalação; manual ou orientações de instalação, operação, conservação e limpeza em língua portuguesa; e indicação de canal de assistência técnica em território nacional. Diagnóstico, peças, mão de obra, deslocamento, retirada, transporte e reinstalação necessários à correção de defeitos cobertos correrão por conta da contratada.

CATMAT: 176.662 – Tela de projeção elétrica.

Lote 03 – Tela de projeção manual retrátil de 120 polegadas, com tripé

Tela de projeção portátil, manual e retrátil; condição: produto novo, sem uso anterior, não recondicionado e não remanufaturado; aplicação: projeção de imagens, apresentações, vídeos, aulas, capacitações, treinamentos, reuniões, eventos e atividades institucionais em ambientes internos; tamanho nominal: mínimo de 120 polegadas na diagonal; formato: retangular, com largura obrigatoriamente superior à altura; proporção da área visual: aproximadamente 4:3; área visual útil mínima: 2,44 m de largura por 1,83 m de altura, admitida variação de até 5%, desde que preservado o tamanho nominal mínimo de 120 polegadas e que a largura permaneça superior à altura; superfície de projeção: tecido sintético, lona vinílica ou material específico para projeção de desempenho equivalente ou superior; acabamento frontal: branco fosco, uniforme, sem brilho excessivo, manchas, emendas, ondulações ou deformações que prejudiquem a visualização; verso: preto ou com tratamento opaco que impeça a passagem de luz; bordas: pretas, destinadas ao enquadramento e à melhoria do contraste; ganho de luminosidade: entre 1,0 e 1,2, ou desempenho equivalente comprovado pelo fabricante; ângulo de visão: mínimo de 120 graus; sistema de abertura: manual e retrátil, com mecanismo de enrolamento e travamento em posição de uso; estojo: metálico, confeccionado em aço, alumínio ou material de resistência equivalente ou superior, com acabamento resistente à corrosão; tripé: integrado ou fornecido como parte do conjunto, próprio para a tela ofertada, com estrutura metálica, abertura e fechamento manual, regulagem de altura e sistema de

travamento; base: estável, dimensionada para sustentar a tela completamente aberta, sem inclinação, tombamento ou movimentação excessiva; apoios: pés ou extremidades com proteção antiderrapante; haste de sustentação: regulável e compatível com as dimensões e o peso da tela; portabilidade: conjunto dobrável ou retrátil, permitindo transporte e armazenamento sem desmontagem complexa; manuseio: abertura, regulagem e recolhimento realizados sem necessidade de ferramentas especiais; acessórios: tripé, haste, puxador, travas e demais componentes necessários à montagem e ao uso imediato; acabamento: estrutura firme, sem rebarbas, pontas cortantes, partes soltas, trincas ou deformações.

Requisitos de segurança e estabilidade: a tela, o estojo, o mecanismo retrátil, a haste e o tripé deverão ser dimensionados pelo fabricante para suportar o peso e as dimensões do conjunto em posição de uso. As travas e os pontos de articulação deverão impedir fechamento involuntário, perda de regulagem ou tombamento durante a utilização regular. O produto não poderá apresentar rebarbas, pontas cortantes, partes soltas ou qualquer condição que comprometa a segurança, a estabilidade, a funcionalidade ou a durabilidade.

Comprovação de qualidade e conformidade: a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar marca, fabricante e modelo ofertados, ficha técnica, catálogo ou manual oficial e documentação técnica que permita verificar o tamanho nominal, as dimensões da área visual, o material da superfície, o sistema retrátil, a existência e as características do tripé, a regulagem de altura, a estabilidade e os demais requisitos. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou acompanhados de tradução dos trechos necessários. Poderão ser solicitados esclarecimentos, diligências, amostra ou demonstração técnica, nos limites legais, quando a documentação não for suficiente para confirmar a conformidade.

Garantia e documentação: o produto deverá acompanhar termo de garantia mínima de 12 meses, contados do recebimento definitivo, abrangendo a superfície de projeção, o estojo, o mecanismo retrátil, o tripé, a haste, as travas e os demais componentes fornecidos; manual ou orientações de montagem, operação, conservação e limpeza em língua portuguesa; e indicação de canal de assistência técnica em território nacional. Diagnóstico, peças, mão de obra, retirada, transporte e substituição necessários à correção de defeitos cobertos correrão por conta da contratada.

CATMAT: 83.545 – Tela de projeção com tripé.

Quantitativo

Item	Descrição resumida	Unidade	Quantidade
01	Tela de projeção elétrica retrátil de 200 polegadas, com instalação	unidade	37

Item	Descrição resumida	Unidade	Quan-tidade
02	Tela de projeção manual retrátil de 120 polegadas, com tripé	unidade	36

Distribuição da demanda

Lote 01 – Tela elétrica de 200 polegadas, com instalação

Unidade/Secretaria	Quantidade
Escola da Saúde – SESA	2
Departamento de Saúde Mental – DESMEN	20
Seção de Recuperação e Fisioterapia da Zona da Orla e Intermediária – SERFIS-ZOI	1
Complexo Hospitalar da Zona Noroeste – COHOSP-ZNO	1
Departamento de Vigilância em Saúde – DEVIG	2
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM	8
Margem técnica de planejamento (reserva técnica)	3
Total – Item 01	**37**

Lote 03 – Tela de 120 polegadas, com tripé

Unidade/Secretaria	Quantidade
Escola da Saúde – SESA	1
Departamento de Saúde Mental – DESMEN	20
Seção de Recuperação e Fisioterapia da Zona da Orla e Intermediária – SERFIS-ZOI	1
Seção de Captação de Órgãos e Tecidos – SECAPT	1
Departamento de Vigilância em Saúde – DEVIG	2

Unidade/Secretaria	Quantidade
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM	8
Margem técnica de planejamento (reserva técnica)	3
Total – Item 02	**36**

Anexo XII – RELAÇÃO DE UNIDADES, ENDEREÇOS, HORÁRIOS, RESPONSÁVEIS E CONTATOS.

Os itens e quantitativos de cada entrega serão definidos na Autorização de Fornecimento, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, observada a distribuição prevista neste Termo de Referência.

As informações abaixo foram consolidadas a partir das manifestações e planilhas encaminhadas pelas unidades participantes. Eventuais alterações de responsável, contato, endereço ou horário deverão ser formalmente comunicadas ao órgão gerenciador antes do agendamento da entrega, sem alteração do quantitativo registrado.
FL

UNIDADE PARTICIPANTE E LOCAL DE ENTREGA	RESPONSÁVEIS PELA CONFERÊNCIA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO
Escola da Saúde Telefone: (13) 3213-5100 R. 5331 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Rua Amador Bueno, 333 – Sala 401 – Centro/SP	Claudio Alexandre dos Santos | CPF: 299.260.948-05 | REGISTRO: 28.053-7 | EMAIL: claudiosantos@santos.sp.gov.br Michele Darque Pinheiro | CPF: 315.638.828-92 | REGISTRO: 26.763-3 | EMAIL: micheledarque@santos.sp.gov.br
CAPS IJ II Tô Ligado Telefone: (13) 3221-8367 / (13) 3221-4824 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Av. Conselheiro Nébias, 349, Santos/SP	Marjorie Ruas Blum | CPF: 411.676.898-79 | REGISTRO: 36.254-1 | EMAIL: marjorieblum@santos.sp.gov.br Deonice Dal' Maso de Santana | CPF: 761.489.049-34 | REGISTRO: 30.367-7 | EMAIL: deonicesantana@santos.sp.gov.br
CAPS IJ III Entre Mentes Telefone: (13) 3299-7901 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Praça Maria Coelho Lopes, 395, Santos/SP	Alessandra Maria de Paula | CPF: 165.429.668-62 | REGISTRO: 34.663-5 | EMAIL: alessandrapaula@santos.sp.gov.br Wellington da Silva França | CPF: 199.367.078-50 | REGISTRO: 39.403-1 | EMAIL: wellingtonfranca@santos.sp.gov.br
CAPS IJ II Tamo Junto Telefone: (13) 3271-8235 / (13) 3221-494 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Av. Senador Pinheiro Machado, 769, Santos/SP	Bruna Turcílio Ferreira | CPF: 333.190.428-74 | REGISTRO: 34.498-6 | EMAIL: brunaferreira@santos.sp.gov.br Veronica Gama Ferreira | CPF: 321.517.028-04 | REGISTRO: 31.236-3 | EMAIL: veronicaferreira@santos.sp.gov.br

UNIDADE PARTICIPANTE E LOCAL DE ENTREGA	RESPONSÁVEIS PELA CONFERÊNCIA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO
CAPS III Orquidário Telefone: (13) 3251-2094 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Av. General Francisco Glicério, 661, Santos/SP	Claudia Rodrigues Monteiro | CPF: 126.962.618-30 | REGISTRO: 19.200-5 | EMAIL: claudiabezerra@santos.sp.gov.br
CAPS III Praia Telefone: (13) 3225-8137 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Av. Coronel Joaquim Montenegro, 329, Santos/SP	Anna Barbara Siqueira | CPF: 285.805.368-55 | REGISTRO: 25.418-5 | EMAIL: annamoura@santos.sp.gov.br Marco Antonio Rufino Martins | CPF: 060.292.508-84 | REGISTRO: 17.555-4 | EMAIL: marcomartins@santos.sp.gov.br
CAPS III Vila Telefone: (13) 3225-5796 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Av. Senador Pinheiro Machado, 718, Santos/SP	Daniela Costa e Silva | CPF: 346.315.588-57 | REGISTRO: 34.170-1 | EMAIL: danielaperez@santos.sp.gov.br Gisele Ramos Souza Ciccone | CPF: 197.661.138-58 | REGISTRO: 34.135-4 | EMAIL: giselecicconе@santos.sp.gov.br
CAPS III ZNO Telefone: (13) 3299-4368 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Rua Comandante Bulcão Viana, 853, Santos/SP	Fagner Coelho Romano | CPF: 117.008.847-35 | REGISTRO: 37.195-5 | EMAIL: fagnerromano@santos.sp.gov.br
CAPS III Centro Telefone: (13) 3222-1217 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 236, Santos/SP	Danilo Utescher Intrieri | CPF: 216.551.348-09 | REGISTRO: 29.428-0 | EMAIL: danilointrieri@santos.sp.gov.br
SERP Telefone: (13) 3221-1875 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Av. Conselheiro Nébias, 267, Santos/SP	Maria Carolina Novaes Koto | CPF: 007.268.839-48 | REGISTRO: 36.373-9 | EMAIL: marianovaes@santos.sp.gov.br Hudson Eugenio Rocha dos Santos | CPF: 359.808.258-43 | REGISTRO: 34.495-2 | EMAIL: hudsonsantos@santos.sp.gov.br
CAPS AD II ZOI Telefone: (13) 3237-2681 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Rua Monsenhor de Paula Rodrigues, 170, Santos/SP	Julia Carolini de Souza Miguelão | CPF: 056.719.841-30 | REGISTRO: 38.385-1 | EMAIL: juliamiguelao@santos.sp.gov.br Aryel Gil Carvalho de Souza | CPF: 390.727.538-10 | REGISTRO: 37.923-0 | EMAIL: aryelsouza@santos.sp.gov.br

UNIDADE PARTICIPANTE E LOCAL DE ENTREGA	RESPONSÁVEIS PELA CONFERÊNCIA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO
RT 1 Nossa Terra Telefone: (13) 3251-2094 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Rua Godofredo Fraga, 32, Santos/SP	Ana Claudia de Souza Dutra | CPF: 065.924.208-71 | REGISTRO: 32.925-0 | EMAIL: anadutra@santos.sp.gov.br
RT 2 Bem Querer Telefone: (13) 3213-5112 R.5266 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Rua Godofredo Fraga, 125, Santos/SP	Dorian Rojas | CPF: 058.245.768-82 | REGISTRO: 40.353-5 | EMAIL: dorianrojas@santos.sp.gov.br
RT 3 Novo Lar Telefone: (13) 3213-5112 R.5266 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Rua Cyra, 24, Santos/SP	Dorian Rojas | CPF: 058.245.768-82 | REGISTRO: 40.353-5 | EMAIL: dorianrojas@santos.sp.gov.br
RT 4 Renascer Telefone: (13) 99771-9209 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Rua Conselheiro Nébias, 349, ap. 1, Santos/SP	Gloria dos Santos Minniti | CPF: 437.213.328-65 | REGISTRO: 34.937-3 | EMAIL: gloriaminniti@santos.sp.gov.br
RT 5 Florescer Telefone: (13) 3213-5112 R.5266 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Rua Conselheiro Nébias, 349, ap. 2, Santos/SP	Dorian Rojas | CPF: 058.245.768-82 | REGISTRO: 40.353-5 | EMAIL: dorianrojas@santos.sp.gov.br
RT 6 Amanhecer ZNO Telefone: (13) 99621-6913 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Rua Conselheiro Nébias, 349, ap. 3, Santos/SP	Pedro Hirosuke Oishi | CPF: 341.092.288-16 | REGISTRO: 40.909-4 | EMAIL: pedrooishi@santos.sp.gov.br
Unidade Rua Nabuco de Araújo Telefone: (13) 3221-8367 / (13) 3221-4824 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Rua Nabuco de Araújo, 630, Santos/SP	Marjorie Ruas Blum | CPF: 411.676.898-79 | REGISTRO: 36.254-1 | EMAIL: marjorieblum@santos.sp.gov.br Deonice Dal' Maso de Santana | CPF: 761.489.049-34 | REGISTRO: 30.367-7 | EMAIL: deonicesantana@santos.sp.gov.br
DESMEN Telefone: (13) 3213-5112 R.5266 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 17h Endereço: Rua Amador Bueno, 333, sala 1416, Santos/SP	Dorian Rojas | CPF: 058.245.768-82 | REGISTRO: 40.353-5 | EMAIL: dorianrojas@santos.sp.gov.br

UNIDADE PARTICIPANTE E LOCAL DE ENTREGA	RESPONSÁVEIS PELA CONFERÊNCIA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO
Seção de Recuperação e Fisioterapia da Zona da Orla e Intermediária Telefone: (13) 3223-5984 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 8h às 12h e das 13h às 16h Endereço: Avenida Conselheiro Nébias, 267 — Vila Mathias — Santos/SP — CEP 11015-003	Mario Jorge Santos de Carvalho Vilhena | CPF: 063.109.208-04 | REGISTRO: 25.934-1 | EMAIL: mariovilhena@santos.sp.gov.br
Seção de Captação de Órgãos e Tecidos – SECAPT Telefone: (13) 3221-4230 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 8h às 17h Endereço: Av. Cláudio Luiz da Costa, 280 — 2º andar — Santos/SP	Danielle Caliani Barbosa Machado | CPF: 361.808.398-08 | REGISTRO: 30.163-0 | EMAIL: daniellemachado@santos.sp.gov.br
Complexo Hospitalar da Zona Noroeste – COHOSP-ZNO Telefone: (13) 3209-8000 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 8h às 17h Endereço: Rua Ministro Agamenon Magalhães, s/nº, Jardim Castelo — Santos/SP	Marcelo Grisante Casimiro | CPF: 261.429.308-36 | REGISTRO: 26.169-3 | EMAIL: marcelocasimiro@santos.sp.gov.br Lúcia Nascimento Ferrari | CPF: 036.819.028-52 | REGISTRO: 34.776-5 | EMAIL: luciaferrari@santos.sp.gov.br
Seção de Vigilância Epidemiológica Telefone: (13) 97406-4895 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 14h às 19h Endereço: Rua Amador Bueno, 333 - sala 1406 – Centro – Santos/SP	Willian Marques Fioratti | CPF: 338.034.678-02 | REGISTRO: 37.684-8 | EMAIL: willianfioratti@santos.sp.gov.br
Seção de Controle e Orientação em Intoxicação Telefone: (13) 98119-0070 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 09h às 12h e das 14h às 16h Endereço: Rua Bras Cubas, 37 - 2º andar - Centro - Santos	Cristiane Parmentieri Barga | CPF: 197.538.578-02 | REGISTRO: 24.406-1 | EMAIL: cristianebarga@santos.sp.gov.br
Seção de Vigilância Sanitária Telefone: 3228-3723 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 12h e das 14h às 18h Endereço: Rua Bras Cubas, 37 - 2º andar - Centro - Santos	Camila Leite Marcolino | CPF: 360.878.998-71 | REGISTRO: 35.251-8 | EMAIL: camilamarcolino@santos.sp.gov.br
Aquário Municipal de Santos Telefone: (13) 3278-7830 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 09h às 16h Endereço: Av. Bartholomeu de Gusmão, Ponta da Praia, Santos/SP, CEP 11030-600	Guilerme da Silva Marcon | CPF: 352.973.658-99 | REGISTRO: 40.410-2 | EMAIL: guilhermemarcon@santos.sp.gov.br

UNIDADE PARTICIPANTE E LOCAL DE ENTREGA	RESPONSÁVEIS PELA CONFERÊNCIA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO
Orquidário Municipal de Santos Telefone: (13) 3205-2210 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 09h às 16h Endereço: Praça Washington, s/n, José Menino, Santos/SP, CEP 11065-600	Fábio Rodriguez Luz | CPF: 396.171.188-74 | REGISTRO: 40.616-5 | EMAIL: fabioluz@santos.sp.gov.br
Jardim Botânico Telefone: (13) 3203-2905 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 09h às 16h Endereço: Rua João Fraccaroli, s/n, Bom Retiro, Santos/SP, CEP 11089-230	Edson Inácio da Silva | CPF: 062.175.018-21 | REGISTRO: 40.299-0 | EMAIL: edsonsilva@santos.sp.gov.br
Codevida Telefone: (13) 3205-5593 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 09h às 16h Endereço: Av. Francisco Manoel, Jabaquara, Santos/SP, CEP 11075-110	Jessica Riesco Barbosa Pontes | CPF: 402.211.618-80 | REGISTRO: 35.675-8 | EMAIL: jessicapontes@santos.sp.gov.br
Depavi Telefone: (13) 3226-8080 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 08h às 12h Endereço: Praça Washington, s/nº, José Menino, Santos/SP	Claudio Marques Trovão | CPF: 017.971.758-82 | REGISTRO: 40.298-2 | EMAIL: cmtrovao@santos.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Meio Ambiente Telefone: (13) 3229-8000 Dia/Horário: Segunda a Sexta das 09h às 16h Endereço: Praça dos Expedicionários, 10, Gonzaga, Santos/SP, CEP 11065-922	Willian Sousa Alvarez | CPF: 360.655.578-46 | REGISTRO: 37.920-6 | EMAIL: willianalvarez@santos.sp.gov.br Luis Felipe Lunardi Rigotto | CPF: 343.710.638-45 | REGISTRO: 28.679-9 | EMAIL: luisrigotto@santos.sp.gov.br João Luiz Cirilo Fernandes Wendler | CPF: 197.534.098-18 | REGISTRO: 40.296-6 | EMAIL: joaocirilo@santos.sp.gov.br Paulo Affonso Galati Murat Filho | CPF: 025.341.288-92 | REGISTRO: 40.297-4 | EMAIL: pauloaffonso@santos.sp.gov.br